



NOVOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL URBANA

RIBEIRO, HELENA; VARGAS, HELIANA C. SÃO
PAULO: EDUSP, 2001.

Cibele Haddad Taralli

A importância do livro *Novos instrumentos de gestão ambiental urbana* é apresentar uma discussão fundamental e ainda pouco desenvolvida com relação à questão ambiental, e à própria gestão urbana de um modo geral.

De certa maneira as formas utilizadas para a proteção, preservação e o controle ambiental ainda se baseiam, principalmente, no viés sanitário e tecnológico, motivadas por restrições territoriais de uso e ocupação do solo, e com enfoque muito técnico e pouco político. Os novos instrumentos aqui apresentados introduzem fortemente a questão política na medida em que priorizam a participação de todos os atores no processo de decisão. Esta dimensão que caracteriza os diversos enfoques abordados no livro é considerada como parte de uma visão sistêmica de enfrentamento de problemas de gestão ambiental urbana.

Dentro desta ótica assumida pelo livro, o 1º capítulo, de autoria das organizadoras, discute o significado do conceito de qualidade ambiental urbana. É, na verdade, um ensaio que alerta para as deficiências das principais visões que compõem o conceito de qualidade de vida, buscando mostrar a limitação de visões quantitativas, marcadas por índices e coeficientes, em sua maioria distante das realidades locais e específicas. Reclama a ausência dos elementos subjetivos na formação de um conceito mais realista de qualidade ambiental urbana, que deveria considerar um maior número de variáveis, ainda que muitas delas de difícil mensuração.

O 2º capítulo, desenvolvido por Philippe Alirol, além de retomar o conceito de desenvolvimento sustentável, indica caminhos para a difícil tarefa de engajamento dos indivíduos no processo de gestão ambiental e da importância de uma integração que deve partir da iniciativa individual, para então fortalecer um envolvimento institucional. É

um estudo direcionado em busca de elementos que possam fortalecer os rumos para a implementação eficaz das políticas ambientais pelo comprometimento dos atores envolvidos.

A discussão dos novos instrumentos da gestão ambiental inicia-se a partir do 3º capítulo, com a preocupação de delinear seus limites e alcances dentro do processo de gestão.

Foi dada a Mario Sergio Cortela a tarefa de abrir a discussão sobre a importância da educação como instrumento de mudança social. Neste capítulo apresenta três visões existentes na relação sociedade/escola. A primeira, à qual se refere como “otimismo ingênuo” é aquela que atribui à escola um papel messiânico, em que o professor seria portador de uma vocação na qual, por meio da educação, seria possível resolver as questões de desigualdade social. A segunda visão, que nomeia como “pessimismo ingênuo” apresenta a escola como representante das classes dominantes e, portanto, agente da reprodução do sistema em vigor. A escola teria, então, a função de “fazer a cabeça” dos que a freqüentam. Aponta, no entanto, para o mérito de o educador ser um profissional politicamente comprometido. A terceira visão, chamada de “otimismo crítico” mostra a escola como um local de contradições, que permite o surgimento de inovações em meio ao conservadorismo, levando a mudanças sociais, em que o professor tem um papel político-pedagógico.

Essa discussão se direciona, a partir do 4º capítulo, de autoria de Cássia Palos e Rosilda Mendes, para a educação ambiental pelo uso do sistema de oficina como estratégia pedagógica. O sistema apresentado, na medida em que se constitui em um espaço para reflexão a partir das vivências pessoais – em que a problematização de um tema acontece com base na produção coletiva e crítica – aproxima-se da visão da escola dentro do conceito de otimismo crítico, conforme mencionado por Cortela.

É este trabalho de educação participativa, de troca e de incentivo ao pensamento crítico que está na base do desenvolvimento sustentável. Na seqüência, outros instrumentos de gestão, como a comunicação social, aparecem como dispositivos que amplificam e facilitam este incentivo.

O capítulo sobre comunicação como instrumento do planejamento e da gestão ambiental, desenvolvido por Helena Ribeiro, mostra que a comunicação, além de ser um requisito à informação, abre e democratiza o diálogo, tornando-o acessível e compreensível entre todos os atores envolvidos. Delineia, também, as etapas de um plano de comunicação e da importância dos elementos que o compõe, apontando para a necessidade de definição clara dos objetivos, do público-alvo, das mensagens, dos meios e dos indicadores para avaliação. Ao fazer isto, abre o caminho para a introdução de um conceito, ainda bastante polêmico no âmbito da gestão ambiental, que tenta utilizar princípios de marketing.

O 6º capítulo, portanto, elaborado por Dorinho e Arlindo Ornelas, fala do marketing ambiental. Ressaltando a importância da comunicação por meio da publicidade e propaganda da qual incorporam imagens incríveis, ao mesmo tempo em

que vendem produtos, buscam a conscientização ambiental, o engajamento político e a criação de um sentimento de cidadania, ainda inexistente. O marketing ambiental começa a ser pensado dentro de uma dimensão mais social, como parte de um projeto de comunicação, inserido no processo de educação, assumindo uma atuação coletiva e crítica e ajudando a moldar instrumentos de mudança social.

O capítulo sobre negociação, elaborado por Heliana C. Vargas, por reconhecer o caráter natural das divergências e conflitos entre os indivíduos, e, utilizando-se dos princípios e elementos apontados para os demais instrumentos de gestão ambiental, tenta delinear caminhos para a resolução de impasses por meio da arte da negociação. A valorização desta técnica de resolver divergências é realizada pela comparação com outras que recorrem à lei, à autoridade ou mesmo ao confronto, ou ainda com aquelas, e evitam o enfrentamento do problema. Centraliza a sua atenção sobre os diversos atores envolvidos em situações de disputa com interesses divergentes, ainda que altamente interdependentes. Procura ainda delinear os perfis dos negociadores, enquanto elementos fundamentais para a busca de um acordo, acentuando a importância da credibilidade e da coerência entre discurso e prática.

Como ilustração da importância, da necessidade e da falta de utilização dos novos instrumentos de gestão ambiental urbana, o 8º capítulo de Valério Igor Príncipe Vitorino apresenta o estudo de caso da Cratera de Colônia. Neste local existe um grande assentamento populacional em área de proteção aos mananciais, que se oferece como um claro exemplo de verificação das questões abordadas no decorrer do livro. O capítulo tem como ponto focal as contradições e a desarticulação das políticas públicas, o conflito de interesses, a falta de planejamento sistêmico e de gestão participativa, em uma área de fortes conflitos socioambientais.

Para fechar o livro, mas abrir uma discussão sobre ética ambiental, Helena Ribeiro e Heliana Vargas, as organizadoras, lançam mão, mais uma vez, do estilo ensaístico para levantar dúvidas ao invés de afirmações, levantar questões ao invés de tentar respostas e exprimir preocupações em torno do nosso futuro comum.

Ao falar de ética, retomam a questão qualitativa desenvolvida no capítulo inicial. Colocam em pauta a necessidade de redefinição de princípios, valores e padrões de vida e de consumo de uma sociedade desigual. Ao falar de ética, reclamam por uma revisão do que é certo ou errado e da importância de se abrir mão do individual em prol do coletivo e, portanto, paradoxalmente, abrir mão do subjetivo em busca de uma solução objetiva e comum, de consideração do outro. Como Diria Paul Ricoeur, por elas mesmas citado: *“A política se estabelece na ética: a vontade de um povo de querer viver junto.”*

Cibele Haddad Taralli

Professora do Departamento de Projeto da FAUUSP.